



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 21 DE DEZEMBRO DE 1999

Senhor Ministro Raul Jungmann; Senhora Senadora; Senhores Diretores; Senhoras e Senhores que trabalham no Incra e no Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário,

Quero agradecer a presença, mais uma vez, de todos aqui, as palavras do Ministro Raul Jungmann e lhes dizer que nunca tive dúvidas de que cumpriríamos as metas.

Já tive oportunidade de dizer, em mais de uma ocasião, o quanto o Programa de Reforma Agrária deve não apenas ao Ministro – depois, falarei sobre ele –, mas à dedicação daqueles que estão lá, trabalhando há tanto tempo e com tanto denodo em função de um programa de transformação da estrutura rural brasileira.

Se, em algum momento da História, foi possível haver dúvidas quanto ao que faria o Incra e quais seriam suas capacidades reais de se mobilizar para haver uma transformação, os dados desmentem inteiramente isso.

Queria também dizer que o Ministro Raul Jungmann que está aqui – diz ele, há seis anos – e está nos ajudando, e muito, teve essa capacidade extraordinária de, realmente, lutar sem parar e de dar a briga. Às

vezes, a gente ganha. Mas quando ganha sem dar a briga os outros nem percebem. É preciso dar a briga. E o Ministro Jungmann dá a briga. Ele tem rumo. Ele sabe o que tem que fazer, conhece os objetivos do Governo. Ele não se assusta. Ele não tem medo de fazer alianças, porque tem convicções. Só tem medo de se aliar que não tem convicção, quem pensa que, ao aliar-se, perde o rumo. Quem tem convicção não tem medo. Avança com tranquilidade, fazendo as alianças necessárias.

Estamos transformando o Brasil em uma democracia, disse o Raul. Isso é verdade. E transformar em democracia a estrutura de propriedade fundiária é extremamente difícil. Talvez não tenha havido na História nenhum outro Programa de Reforma Agrária tão amplo quanto o que estamos fazendo neste momento no Brasil. Duvido que tenha havido. Salvo com revolução. Aí é diferente. Mas estamos fazendo uma transformação na estrutura fundiária dentro do marco da democracia, com uma Constituição que, nesse aspecto, é excelente, porque assegura todo tipo de direito, e sem que os conflitos tenham ganho as manchetes e sufocado os passos dados pela reforma agrária.

Conflitos são normais. Há conflitos sempre. Conflitos de violência não são apreciados. Mas conflitos de embate de idéias, pressão social, tudo isso é normal. O que não é bom é quando os conflitos impedem o avanço das transformações. Aqui, temos continuado, permanentemente, nesse caminho das transformações.

E os números são realmente eloqüentes. Não sabia que a velocidade era tanta, porque, ontem, pensei que fossem 12 milhões de hectares. Falei de três Bélgicas. Falei isso no exterior, porque lá fora convém comparar com outros países. Aqui, disse que é um estado e meio do Rio de Janeiro. Então, são dados. Essa é uma questão objetiva. Não adianta estar discutindo. Estamos fazendo.

É verdade também que não existia Pronaf. Hoje, existe o Pronaf. Pode-se discutir: dá para andar mais depressa? Mas não se pode negar que estamos avançando num rumo definido, que é o rumo de dar acesso à propriedade àqueles que precisam da terra para trabalhar. Esse é o nosso rumo. E fazendo dentro da ordem, dentro da regra democrática.

Acredito também que essa nova medida que foi anunciada pelo Ministro Jungmann recentemente, essa reorganização do cadastro da propriedade fundiária no Brasil, vai ter um grande impacto, porque é muito fácil pegar o coeficiente de Gini e dizer: “A concentração de terra é imensa. Aqui há um latifúndio. Latifúndio ganha de tudo...” Não é verdade. Estamos derrotando. Há muito tempo que estamos derrotando o latifúndio. Não existe mais. Isso é “tigre de papel”. Não existe. Temos outros privilégios. Outros privilégios que são tão ruins quanto foi o privilégio do controle da terra. E estamos dando combate a esses outros privilégios.

A resistência à desapropriação é muito pequena. A complementação com o Banco da Terra é necessária, é essencial. Não é para substituir a desapropriação. Quem desapropriou 13 milhões não tem nenhum receio. Eu assino desapropriação diariamente. Até nós brincamos aqui, quando vem o Ministro Parente ou antes vinha o Ministro Clóvis Carvalho: “Agora é a parte do Raul.” Uma pilha. Eu assino uma quantidade enorme de desapropriação. Isso, no passado, teria derrubado um governo. Teria derrubado. Por muito menos, no passado, o Governo do Jango... Hoje, não. Estamos fazendo com muita firmeza e tranquilidade.

Claro que também não somos indulgentes com as ocupações sem razão. Ocupação de terra produtiva, provocações, isso não pode, porque prejudica o processo de reforma agrária, porque desmoraliza aqueles que estão defendendo a transformação da propriedade.

Mas com essa medida – que foi anunciada recentemente, que foi no plano administrativo, que, certamente, haverá embates jurídicos, haverá desmentidos, haverá erros a corrigir e tudo o mais – vamos mostrar também, mais claramente, que há muito proprietário que é “fazendeiro do ar”, para usar o Carlos Drummond: não tem terra nenhuma. Fica, simplesmente, utilizando títulos que não têm nenhuma validade. E, naturalmente, aqueles que gostam de mostrar que nada caminha pegam isso para mostrar: “Mas a propriedade da terra, no Brasil, continua concentrada...” Está se desconcentrando. E vai se desconcentrar mais, porque esse é o rumo da história.

Creio que já mostramos aqui algumas vezes, para os incrédulos, que havia, realmente, gente que estava recebendo títulos. Já mostramos pilhas, várias vezes. Custou o país entender que estava havendo refor-

ma agrária. Tinha que mostrar, fisicamente, pilhas de documentos, para mostrar quais eram os beneficiários; o cadastro da pessoa física, para mostrar que tinha mesmo. Hoje, já sabem que é assim mesmo: 375 mil famílias.

Repetirei o que disse há pouco: sempre, no Brasil, quando se olha o que há por fazer, parece que não se caminhou quase nada. Mas quando se olha para trás para ver o quanto se caminhou, sente-se que se caminhou. Caminhamos. Certamente, falta mais. Certamente, haverá mais gente que precisa de terra. Mas acontece que esse número – 375 mil famílias – é mais do que em toda a história do Brasil, com quebra. Na História toda, 92 mil. Pois é, são 92 mil contra 375 mil.

Então, não há dúvida. É inequívoco que o governo está fazendo, que tem um compromisso de programa, de vida, de crença de que é preciso democratizar o acesso à terra. E quem não reconhecer isso está de má-fé ou, então, tem objetivos políticos, mas não é a melhor maneira de defendê-los. Defender contra a realidade, contra a verdade não funciona no curso do tempo, se esboroa, porque não tem a força das coisas. E estamos com a força das coisas.

Uma boa parte da oposição reconhece. Não tenho dúvida. Mas, às vezes, é geral um certo pessimismo: “Não. Não vai avançar.” Está avançando e vai avançar mais.

Não queria me estender. Quero apenas também agradecer a presença de todos aqui e dizer, mais uma vez, de público, que o Ministro Raul Jungmann tem sido, realmente, um ministro extraordinário, tem o meu apoio total, tem o apoio do Governo. E estendo a vocês todos que estão envolvidos nesse processo – não quero nominar ninguém, porque poderia omitir alguém. Agradeço a vocês todos o empenho. E podem ter certeza de que, enquanto eu for Presidente, nos próximos anos, o rumo é esse. Não vai mudar. E espero terminar meu mandato realizando os objetivos que estão no Avança Brasil, que não são meus. São desejos de todos nós, são desejos da sociedade.

Feliz Natal, próspero Ano-Novo, com mais energia ainda, com mais garra, mais “gogó” para falar, mais perna para andar e mais caneta para desapropriar!

Muito obrigado.